



1                                               **ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA Nº 003/2019**  
2                                               **DO FÓRUM DO COMBATE À CORRUPÇÃO**  
3                                               **E LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESTADO**  
4                                               **DE SÃO PAULO/FOCCO-SP, REALIZADA**  
5                                               **EM 21 DE AGOSTO DE 2019.**

6  
7   Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto de 2019, nesta cidade de São Paulo/SP, na  
8   Secretaria de Segurança Pública, localizada na Rua Líbero Badaró, 39 – Auditório, Centro de São  
9   Paulo, foi realizada às 14:30hs a Reunião Plenária nº 003/2019 do Fórum de Combate à  
10  Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo – FOCCO-SP, sob a coordenação  
11  do Secretário Executivo, Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, Presidente da Seção  
12  de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (“TJSP”), e com a presença  
13  à mesa do Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. João Camilo Pires de Campos; do  
14  Secretário Executivo da Polícia Civil, Dr. Youssef Abou Chahin; do Secretário Executivo da  
15  Polícia Militar, Coronel Álvaro Batista Camilo; do Delegado de Polícia do Estado de São  
16  Paulo, Dr. Camilo Pastor Veiga; do Juiz Assessor da Presidência da Seção de Direito Criminal,  
17  Dr. Paulo Rogério Bonini; dos Juízes das 1ª e 2ª Varas de Crimes Tributários, Organização  
18  Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de Capital, Dr. Mauro Antonio Martin Vargas, Dra.  
19  Márcia Mayumi Okoda Oshiro e Dr. Ulisses Augusto Pascolati Júnior. Presentes, ainda,  
20  Marcela Pricoli, do Banco Central do Brasil (“BACEN/BCB”); André Takashi Ueda  
21  Sakugawa, da Controladoria Geral do Município de São Paulo (“CGM”); Eduardo Betenjane  
22  Romano, da CGM; Gustavo Úngaro, da GCM; Liliane Raquel Rossi, da CGM; Rodrigo  
23  Morello Alves, da CGM; Alexandra Comar de Agostini, da Corregedoria Geral da  
24  Administração do Estado de São Paulo (“CGA”); Antônio Carlos Santa Izabel, da CGA; João  
25  B. Palma Beolchi, da CGA; Lawrence Katsuyuki de Almeida Tanikawa, da CGA; Mario  
26  Augusto Porto, da CGA; Vera Wolff Bava, da CGA e da Ouvidoria Geral do Estado (“OGE”);  
27  Michel Kurdoglian Lutaif, assessor da OGE; Adalberto Ismael Rodrigues Machado, do  
28  Departamento de Polícia Federal (“DPF”); Paulo Vita, da Federação Brasileira de Bancos  
29  (“FEBRABAN”); Simênia Maciel de Lima, do Departamento Estadual de Trânsito de São



30 Paulo (“DETRAN/SP”); Pedro Antunes Alexandre, da Controladoria Geral da União (“CGU”);  
31 Celso Augusto Matuck Feres Júnior, Procurador Geral do Ministério Público de Contas do  
32 Estado de São Paulo (“MPContas/SP”); João Mário de Medeiros Paixão, do MPContas/SP;  
33 Arthur Antonio Tavares Moreira Barbosa, do Ministério Público do Estado de São Paulo  
34 (“MPE/SP”); Mylene Comploier, do MPE/SP; Bruno Venturoso, Delegado de Polícia do  
35 Laboratório de Lavagem de Dinheiro do Serviço de Inteligência da Polícia Civil (“LAB-  
36 LD/DIPOL”); Luís Carlos Silva Santos, da Polícia Civil do Estado de São Paulo (“PC/SP”);  
37 Fernando Manoel Bardi, da Polícia Civil do Estado de São Paulo (“PC/SP”); Ricardo Luiz  
38 Tieppo Alves, da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo; Antônio Augusto  
39 Bennini, Procuradoria Geral do Estado (“PGE”); Makarius Sepetauskas, da Procuradoria Geral  
40 do Município de São Paulo (“PGM/SP”); Lenise Novaes, da PGM/SP; Pedro Paulo O.  
41 Carvalho, da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São  
42 Paulo (“PRODAM”); José Wellington Bezerra da Costa Neto, da Corregedoria Regional e  
43 Central do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (“TREleitoral”); Ana Carolina Barros  
44 Vasques, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”); Vivian Leinz, da PGFN;  
45 Karin Andrade Zeppellini, da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São  
46 Paulo (“SAP/SP”); Camilo Pastor Veiga, da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São  
47 Paulo (“SSP/SP”); Ana Lúcia de Paula Cintra, da SSP/SP; João Marcelo V. de Oliveira, da  
48 Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (“SEFAZ”); Hamilton Caputo Delfino Silva; da  
49 Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo; Tribunal de Contas da União (“TCU”);  
50 Bibiana Helena Freitas Camargo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (“TCE/SP”);  
51 Erik Draganov Santos, do TCE; Ivan Mangano, do TCE; Monica Chinelato de Menezes  
52 Bezerra, do TCE/SP; Dilson Ferreira da Cruz Júnior, do Tribunal de Contas do Município  
53 (“TCM/SP”); Rubens Antônio Nigro Ramos, do TCM/SP; Márcia Mayumi Okoda Oshiro, do  
54 TJSP; Mauro Antonio Martin Vargas, do TJSP; Ulisses Augusto Pascolati Júnior, do TJSP;  
55 Maurício A. Barbosa, da Polícia Militar do Estado de São Paulo (“PM/SP”); Sr. Guilherme  
56 Calazans de Azevedo, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (“SPREV/ME”).  
57 **Ausentes os representantes dos seguintes órgãos:** Advocacia Geral da União (“AGU”);  
58 Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”); Departamento da Polícia  
59 Rodoviária Federal – DPRF; Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”); Receita



60 Federal do Brasil (“RFB”); Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo (“SFMSP”);  
61 Secretaria Municipal de Justiça (“SMJ”); Secretaria Nacional de Justiça (“SNJ”); Secretaria  
62 Municipal de Gestão (“SMG”); e Tribunal Regional Federal da 3ª Região (“TRF3”); Ministério  
63 Público Federal (“MPF”); Frederico Diniz, do Centro de Operações Integradas/Centro  
64 Integrado de Inteligência de Segurança Pública (“COI/CIISP”); Carlos Saú, do COI/CIISP.

65 **Abertura:** Dando início à sessão, o Excelentíssimo Desembargador Fernando Antonio Torres  
66 Garcia dá as boas-vindas aos presentes e discorre sobre a honra do convite feito pela Secretaria  
67 de Segurança Pública para a realização desta 3ª Plenária do FOCCO-SP, órgão essencial à  
68 persecução penal dos crimes no Estado de São Paulo e, portanto, grande colaborador do  
69 Tribunal de Justiça Estado de São Paulo. Passa a palavra ao Dr. Youssef Abou Chahin, que  
70 agradece a presença de todos os integrantes e pondera sobre a colaboração do FOCCO-SP com  
71 o trabalho desenvolvido pela Secretaria da Segurança Pública no combate aos crimes  
72 relacionados à corrupção e lavagem de dinheiro, os quais têm sido combatidos de forma cada  
73 vez mais assertiva, muito em razão da especialização das delegacias nesse tipo de crime. Ato  
74 contínuo, devolve a palavra ao Dr. Fernando Antonio Torres Garcia, que a passa ao Coronel  
75 Álvaro Batista Camilo, que agradece pela realização da Plenária nas dependências da Secretaria  
76 da Segurança Pública do Estado de São Paulo, disponibilizando o espaço para o Fórum sempre  
77 que se fizer necessário. Fala da importância da inteligência de todos os órgãos em parceria para  
78 a efetividade do combate ao crime organizado e corrupção, que é exatamente o escopo do  
79 FOCCO-SP. Informa que estão sendo criadas carteiras específicas para cada um dos crimes no  
80 Centro de Operações Integradas, para que sejam estudados com profundidade. Em seguida, o  
81 Dr. Fernando passa a palavra ao General de Exército João Camilo Pires de Campos, o qual  
82 discorre sobre a importância dos trabalhos conjuntos entre os órgãos com o propósito de  
83 combate ao crime, com o objetivo de proteger pessoas, cidadãos e patrimônio público,  
84 ressaltando, inclusive, que a corrupção é tema que está na ótica do Ministério da Justiça, e o  
85 Estado de São Paulo, com o FOCCO-SP, está a frente nesse assunto. Finaliza ressaltando que a  
86 pré-atividade, isto é, a antecipação de ações criminosas, por meio da inteligência colaborativa,  
87 é de extrema importância para a proteção da sociedade. Retira-se da mesa o General de  
88 Exército João Camilo Pires de Campos. Retomando a palavra, o Dr. Fernando Antonio Torres  
89 Garcia apresenta os Juízes que irão compor as novas Varas de Crimes Tributários, Organização



90 Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de Capital, Dr. Marco Antonio Martin Vargas, Dra.  
91 Márcia Mayumi Okoda Oshiro e Dr. Ulisses Augusto Pascolati Júnior, respectivamente, Juiz  
92 Titular da 1ª Vara, Juíza Titular da 2ª Vara e Juiz Auxiliar das duas Varas, que trabalharão de  
93 forma especializada nos casos de corrupção e lavagem de dinheiro na Capital, e informa que a  
94 instalação de tais Varas Especializadas do TJSP está em processo de formação do cartório  
95 único, mas que, provavelmente, dentro de 60 (sessenta) dias estarão instaladas. Deixam a mesa  
96 o Dr. Youssef Abou Chahin e o Coronel Dr. Álvaro Batista Camilo, e passam a compô-la,  
97 juntamente com o Dr. Fernando Torres Garcia, o Dr. Paulo Rogério Bonini, Juiz Assessor da  
98 Presidência da Seção de Direito Criminal, o Dr. Mauro Antonio Martin Vargas, a Dra. Márcia  
99 Mayumi Okoda Oshiro e o Dr. Ulisses Augusto Pascolati Júnior, Juízes das aludidas Varas  
100 Especializadas bem como o delegado Dr. Camilo Pastor Veiga.

101 **Pauta do dia:**

102 **1) Aprovação da Ata da 2ª Plenária de 2019**, encaminhada a todos os representantes. O Des.  
103 Fernando Antonio Torres Garcia solicita que sejam informadas as sugestões de alteração e  
104 ajuste para que a ata passe à aprovação. Não havendo alterações sugeridas, a ata da 2ª Plenária  
105 de 2019 do FOCCO-SP resta aprovada.

106 **2) Apresentação dos andamentos das ações 2019: 1ª ação: Regulamentação da Lei**  
107 **Anticorrupção.** É dada a palavra à Dra. Vera Wolff Bava, Presidente da CGA e responsável  
108 pela OGE, coordenadora desta ação. Relembra que o objetivo da ação é divulgar e difundir a  
109 Lei anticorrupção pelos Municípios paulistas, inclusive auxiliando na confecção dos  
110 respectivos Decretos Regulamentadores. Informa que nas últimas pesquisas de verificação,  
111 ainda são vários os municípios paulistas que não têm seus Decretos Regulamentadores sobre  
112 anticorrupção elaborados. Relata que foram realizados dois eventos – um em Piracicaba e outro  
113 em Araraquara, e que, conforme foi informado na última Plenária, no último dia 12 de agosto  
114 foi realizado evento em São José dos Campos, que abrange como municípios circunvizinhos a  
115 região do Vale do Paraíba e litoral norte, no qual foi tratada a divulgação do material para  
116 confecção dos Decretos Regulamentadores, inclusive com minuta modelo aprovada pelo  
117 FOCCO-SP, ressaltando o sucesso do evento. Há proposta para divulgação desse trabalho em  
118 outras regiões administrativas, com a apresentação das diretrizes para a confecção dos Decretos  
119 municipais anticorrupção. Acrescenta que estão em contato com o Tribunal de Contas para



120 melhor análise de quais os municípios que ainda não tem seus Decretos elaborados. Informa,  
121 ainda, os números referentes ao *web denuncia*. O Dr. Fernando Torres Garcia informa que  
122 serão encaminhados aos membros deste Fórum, via correio eletrônico, os relatórios com os  
123 números do *web denúncia* apresentados. **2ª ação: capacitação e treinamento para o combate**  
124 **à corrupção e à lavagem de dinheiro.** Dra. Bibiana Helena Freitas Camargo, Diretora da  
125 Escola do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, coordenadora desta ação, informa que a  
126 demanda para elaboração do curso de capacitação de servidores na gestão de contratos foi  
127 atendida, que será realizada em 20 de setembro de 2019, para a qual serão disponibilizadas  
128 vagas para todos os órgãos participantes deste Fórum. Quanto à demanda sobre a sugestão  
129 trazida na última Plenária, e nela aprovada, para a elaboração de um Manual de Boas Práticas e  
130 também de um Manual de Boas Práticas no tratamento de denúncias recebidas pelo sistema  
131 *web denuncia*, informa que foi elaborada pelos membros da ação uma sugestão para o Manual,  
132 a ser apresentada aos membros do Fórum por meio da Secretaria Executiva. O material consiste  
133 em dois a quatro *cases* por órgão – pois os membros da ação entendem que a análise deve se  
134 basear em casos práticos – selecionados a partir dos padrões do *web denúncia*. A ideia é que  
135 seja um material prático, com descrição da atuação de cada órgão e que poderia ser utilizado  
136 para fortalecer ações deste Fórum. Sugere que os órgãos participantes enviem seus  
137 apontamentos para que sejam incorporados nesse documento, com o prazo de 30 de setembro  
138 de 2019 para envio deste material preenchido, a fim de que haja tempo hábil para catalogação e  
139 possivelmente apresentação até a última Plenária. Informa que a data da próxima reunião da 2ª  
140 ação está marcada para meados de setembro, a ser confirmada. Por fim, coloca a área de  
141 capacitação da 2ª ação à disposição das outras ações do Fórum. O Dr. Fernando Antonio Torres  
142 Garcia pergunta à Dra. Bibiana Helena Freitas Camargo qual seria a melhor forma para  
143 viabilizar os trabalhos da 2ª ação quanto à captação de informações enviadas pelos órgãos  
144 participantes. A Dra. Bibiana Helena Freitas Camargo sugere que o e-mail, a ser elaborado por  
145 ela, seja enviado à Secretaria Executiva, para o encaminhamento aos membros do FOCCO-SP.  
146 **3ª ação: acompanhamento da implementação do programa de Compliance da JUCESP.**  
147 Sem manifestações de representantes dessa coordenadoria, ante a ausência de informações  
148 sobre a ação e conseqüente não apresentação de atualizações, o Dr. Fernando Antonio Torres  
149 Garcia passa à ação seguinte. **4ª ação: fomento aos serviços de inteligência, investigação e**



150 **atuação interinstitucional no combate à corrupção e à sonegação fiscal:** O Dr. Guilherme  
151 Calazans de Azevedo informa que as reuniões da 4ª ação são mensais, e que a 5ª reunião será  
152 realizada na próxima semana. Discorre que o contato é direto e intenso entre os integrantes que  
153 representam os órgãos nessa ação. Informa, também, sobre a tentativa de renovação do Termo  
154 de Cooperação Interagências, ante a falta de amparo legal para essa atividade de inteligência. O  
155 Dr. Fernando aproveita o ensejo e informa que foi realizada reunião no gabinete da Presidência  
156 Criminal do Tribunal de Justiça em meados de julho, a pedido do Dr. Camilo Pastor Veiga,  
157 com os membros da 4ª ação, que tinha como escopo justamente a elaboração desse convênio  
158 entre agências, oportunidade em que ficou acertado que seria enviado material pelo Coronel do  
159 Exército, Dr. Diniz, ao Secretario Executivo. Informa, no entanto, que não recebeu o material,  
160 de forma que ainda não foi possível fazer compilação para que se elaborasse um novo  
161 instrumento, inclusive com mais partícipes, com ação mais ampla, para que outras instituições  
162 também pudessem participar e, conseqüentemente, facilitar o trabalho das agências. Aduz que,  
163 tão logo este material lhe seja enviado, haverá nova reunião para confecção de nova proposta  
164 de cooperação, para a qual serão envidados todos os esforços da Secretaria de Segurança  
165 Pública, representada pelo Dr. Camilo Pastor Veiga, e pelo Tribunal de Justiça, aqui por si  
166 representado, ante a responsabilidade que lhe foi incumbida pela Secretaria Executiva do  
167 FOCCO-SP para este ano. **5ª ação: Fomentar a articulação interinstitucional como forma**  
168 **de compartilhar as bases de dados entre as instituições participantes.** O Dr. Dilson Ferreira  
169 da Cruz Júnior, do TCM/SP, órgão coordenador desta ação, informa que foi realizada a última  
170 reunião no dia 1º junho de 2019. Discorre sobre a inserção nas questões específicas sobre a  
171 Política Municipal de Dados Abertos (transparência de base de dados). A informação obtida é  
172 de que no dia 27 de junho de 2019 houve parecer da área técnica da CGM dando aval para o  
173 envio da política ao Prefeito do Município de São Paulo. A este respeito, o Dr. Gustavo Úngaro  
174 informa que o documento está sob apreciação da área jurídica, aguardando parecer. Outra  
175 frente de trabalho é a questão da alimentação do Cadastro de Empresas Apenadas e Suspensas à  
176 CGU, cujas ações são: i) alimentação do CEI da CGU passar a fazer parte de um item de  
177 avaliação das gestões dos municípios do Brasil (sobre o assunto, informa que há uma iniciativa  
178 dos Tribunais de Contas para avaliar a gestão de cada município brasileiro e que uma das  
179 questões que passou a ser avaliada é se o Poder Executivo desses municípios informa à CGU a



180 respeito das empresas apenadas e suspensas, sendo verificado que há um percentual muito  
181 pequeno de municipalidades que repassam essa informação. Com essa iniciativa de inserção do  
182 assunto como item de avaliação da gestão, haverá um aumento da taxa de informação à CGU);  
183 e ii) atualização pelo Município de São Paulo das informações sobre empresas apenadas à  
184 CGU. O sistema de automatização do envio dessas informações à CGU foi concluído, porém  
185 ainda não foi possível a verificação real de sua implementação. Relata que foi enviado aos  
186 membros da 4ª ação a relação dos sistemas apresentados nas reuniões da 5ª ação, cuja rotina  
187 dos trabalhos é a apresentação de sistemas de informação. Declara que os integrantes da 5ª ação  
188 estão prestes a apresentar um catálogo mais completo para que todos os membros do FOCCO-  
189 SP saibam quais são os sistemas a que a 5ª ação tem acesso por meio dos órgãos participantes.  
190 O referido catálogo será encaminhado à Secretaria Executiva. Por fim, informa sobre a última  
191 reunião da ENCCLA, dentro da 1ª ação daquela rede estratégica, cujo escopo é o  
192 “*desenvolvimento de projeto de plataforma digital e outras medidas voltadas à transparência*  
193 *pública, aos dados abertos e à participação social*”. Discorre que um dos resultados do  
194 trabalho dessa ação diz respeito à abertura das notas fiscais eletrônicas. Há um parecer na  
195 PGFN no sentido de que as notas fiscais relativas às contas públicas devem ser abertas, ao  
196 menos a nível federal, o que abre precedente para que as notas fiscais estaduais e municipais  
197 sigam no mesmo sentido. Além disso, informa que a ENCCLA tem realizado eventos  
198 periódicos de capacitação para uso das bases de dados, bem como as trocas de informações  
199 destas. Encerra convidando a todos para a próxima reunião da 5ª ação, a ser realizada no dia 02  
200 de setembro, na sede do Tribunal de Contas do Município de SP. **6ª ação: fomentar medidas**  
201 **de combate à corrupção no âmbito eleitoral:** Dr. José Wellington Bezerra da Costa Neto,  
202 juiz assessor da Corregedoria Eleitoral, informa que, por se tratar de ano não eleitoral, as ações  
203 durante esse período são mais relacionadas a planejamento e estruturação. A ideia é continuar  
204 os trabalhos de integração entre órgãos (ressalta a parceria com o Tribunal de Contas do Estado  
205 de São Paulo, principalmente na assistência técnica, auxílio nos processos de prestação de  
206 contas, identificação de ilícitos envolvendo lavagem de dinheiro, corrupção eleitoral, caixa 2) e  
207 a expansão dessa integração em preparação para o pleito municipal de 2020. Também há o  
208 planejamento de divulgação de informações junto à sociedade civil, com a elaboração de  
209 cartilhas e vinhetas em mídias digitais e sociais. Especialmente no âmbito interno da justiça



210 eleitoral, informa que está em andamento um processo de estruturação e treinamento para o  
211 recebimento dos processos relativos a crimes conexos aos eleitorais, em linha com o recente  
212 posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria. Dr. Fernando acrescenta  
213 que o Dr. Francisco Shintate solicitou ajuda para capacitação de funcionários eleitorais junto às  
214 varas criminais e, nesse sentido, foram dadas algumas sugestões pela área criminal do Tribunal  
215 de Justiça. Ressalta a importância do aprofundamento e capacitação nos processos criminais  
216 pelos funcionários do Tribunal Eleitoral, a fim de que não haja morosidade indesejada. Neste  
217 ponto, salienta que o Tribunal de Justiça está trabalhando lado a lado ao Tribunal Eleitoral. 7ª  
218 **ação: judicialização e combate à fraude no âmbito da saúde pública.** É coordenada pela  
219 CGA, na pessoa do Dr. Lawrence Katsuyuki de Almeida Tanikawa, delegado designado  
220 Corregedor Geral da Administração e Coordenador do Setor de Saúde no Estado de São Paulo.  
221 Informa sobre a visita dos membros da 7ª ação à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado  
222 de São Paulo, mais especificamente ao Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas  
223 (Numopede), cuja recepção foi feita pelo Dr. Alexandre Andretta dos Santos – Juiz Assessor da  
224 Corregedoria Geral de Justiça – com a participação do Dr. Fernando Antonio Torres Garcia.  
225 Fala sobre um trabalho conjunto entre diversos órgãos de fiscalização, inclusive federais e  
226 estaduais, que resultou na procedência de uma importante ação no âmbito da saúde, a respeito  
227 de fraude em processos judiciais que envolviam fornecimento de medicamentos a pacientes que  
228 passavam por período de testes, com sentença favorável à recomposição do dinheiro ao Estado  
229 de São Paulo pelo laboratório. Informa sobre a inserção dos membros da 7ª ação, representados  
230 pelo Dr. Arthur Antônio Tavares Moreira Barbosa, no evento organizado pela Dra. Bibiana  
231 Helena Freitas Camargo, membro do Fórum a quem agradece a oportunidade dada. Retoma o  
232 assunto da visita ao Numopede e discorre sobre a importância desse trabalho estatístico feito  
233 pelo Tribunal de Justiça, que pode auxiliar em muito o trabalho das Polícias e demais órgãos de  
234 inteligência membros do Fórum. E a recíproca é de igual importância, na medida em que  
235 magistrados receberão essas informações sobre essas fraudes. Informa que o TJSP fez demanda  
236 para que seja viabilizada uma forma de transferência dessas informações do Numopede como  
237 informações de inteligência, e não mais por e-mail (como é feito internamente) ou ofícios  
238 (como é feito aos órgãos externos), para manutenção do sigilo estratégico. Nesse sentido,  
239 relembra assunto discutido anteriormente na Plenária, sobre o Termo de Cooperação entre





240 Agências, para que também o Numopede possa fazer parte desse núcleo, motivo pelo qual  
241 solicita a convocação da 7ª ação nas reuniões sobre elaboração desse convênio. Por fim,  
242 informa que continuam as ações institucionais de divulgação da 7ª ação e do FOCCO-SP em  
243 todos os eventos em que são participantes. Informa que a próxima reunião será realizada no dia  
244 15 de outubro de 2019, convidando a todos e informa que as atas estão à disposição dos  
245 membros do Fórum. Dr. Fernando Antonio Torres Garcia concorda com a ideia de inclusão do  
246 acesso das instituições partícipes ao Numopede e determina que o Dr. Lawrence seja convidado  
247 quando houver a elaboração de convênio para permitir o acesso das informações como  
248 inteligência, solicitando que o convite para a referida reunião seja feito pelo Dr. Camilo Pastor  
249 Veiga.

250 **3) Aprovação da realização da 4ª Plenária de 2019:** O Des. Fernando Torres sugere a data de  
251 **28 de novembro de 2019, quinta-feira, às 14 horas**, para a realização da próxima reunião do  
252 FOCCO-SP, no Tribunal de Justiça de Estado de São Paulo, com o que todos os presentes  
253 concordaram. Também solicita que as diversas instituições praticantes comecem a considerar a  
254 próxima composição da Secretaria Executiva, assunto que deverá ser discutido na próxima  
255 reunião.

256 **4) Outros assuntos pertinentes:** O Dr. Dilson Ferreira da Cruz Júnior informa que o  
257 coordenador da 1ª ação da ENCCLA parabenizou o FOCCO-SP pela atuação no Estado de São  
258 Paulo e solicitou o modelo deste Fórum para ser implementado em outros estados. Por esse  
259 motivo, solicitou o repasse do endereço de e-mail da Secretaria Executiva do FOCCO-SP ao  
260 coordenador da 1ª ação da ENCCLA para informação sobre as dinâmicas adotadas pelo Fórum.  
261 O Des. Fernando Antonio Torres Garcia informa que a ENCCLA tem acesso ao endereço  
262 eletrônico da Secretaria Executiva e que inclusive enviou uma demanda que será tratada  
263 adiante. Inobstante, entende não haver óbice ao repasse do endereço eletrônico para contato e  
264 solicita ao Dr. Dilson que informe a total disposição da Secretaria Executiva para quaisquer  
265 esclarecimentos que se façam necessários.

266 **Considerações finais:** O Des. Fernando Antonio Torres Garcia informa sobre correspondência  
267 eletrônica enviada pela ENCCLA no dia 19 de agosto, por meio do Dr. Eduardo Mauat,  
268 coordenador geral de articulação institucional, solicitando o envio de novas propostas de ações  
269 para a ENCCLA 2020. O e-mail será repassado a todos os membros, com as especificações



270 solicitadas. No entanto, informa que o prazo estipulado é exíguo, e que as propostas devem ser  
271 enviadas até 06 de setembro de 2019. Assim, solicita que as sugestões sejam enviadas até 04 de  
272 setembro de 2019, a fim de que sejam retransmitidas à ENCCLA. Com isso, o Dr. Fernando  
273 Antonio Torres Garcia abre o espaço para manifestação dos membros. O Dr. Gustavo Úngaro  
274 toma a palavra e convida a todos para a reunião de controladorias municipais a ser realizada no  
275 município de Franca no dia 06 de outubro de 2019. Informa que, em razão de diversas  
276 controladorias municipais desejarem participar deste FOCCO-SP, e ante a avaliação feita pelos  
277 membros de que a abertura inviabilizaria os trabalhos do Fórum, como solução foi aventada a  
278 criação de uma rede de múltiplas controladorias municipais paulistas, cujos trabalhos serão  
279 reportados ao FOCCO-SP. O mecanismo utilizado pelo FOCCO-SP serviu como referência  
280 para o Termo de Adesão das Instituições interessadas. Sugere a participação da 1ª ação para  
281 divulgação da Lei Anticorrupção nesses municípios, para que elaborem seus respectivos  
282 Decretos, ante a verificação de que muitas municipalidades ainda não têm suas normas sobre o  
283 assunto. Informa também sobre ação concreta e conjunta entre CGM, MP e Polícia Civil, com a  
284 identificação de uma ação grave de corrupção dentro do Município de São Paulo, que foi  
285 favorecida pelo espaço do Fórum, cuja articulação, se percebe, tem efeitos práticos, tendo  
286 gerado a demissão do agente público corrupto e prisão do agente corruptor. Sobre a ação em  
287 face de laboratório farmacêutico comentada pelo Dr. Lawrence neste Fórum, parabeniza e  
288 felicita os resultados, cuja atuação, relembra, foi iniciada em 2011. Também elogia a atuação  
289 da 5ª ação e mais especialmente ressalta o empenho do Dr. Dilson Ferreira da Cruz Júnior em  
290 relação à condução dela, devido às providências adotadas na melhoria e ampliação da  
291 transparência pública. Em seguida, Dr. Fernando Antonio Torres Garcia informa que serão  
292 convidados os membros assim que houver a data de instalação das Varas especializadas no  
293 Fórum da Barra Funda e questiona se há alguma dúvida dos membros quanto a estas Varas.  
294 Não havendo considerações ou intervenções adicionais dos membros participantes, o Des.  
295 Fernando Antonio Torres Garcia agradece a presença de todos, colocando a Secretaria  
296 Executiva à disposição para quaisquer solicitações.

297  
298  
299  
300



301

302

303

304

305

**DESEMBARGADOR FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**

306

**PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO CRIMINAL DO TJSP**

307

**SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FOCCO-SP**